



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Justiça de Primeiro Grau

COMARCA DE MIRAI

Autos nº 0422.20.000399-0

SENTENÇA

*Vistos.*

Trata-se de pedido de restituição de veículo apreendido ajuizado por Filipi Henriques Machado.

Segundo consta, é proprietário do veículo Renault Sandero, placa AQO1853, branco, e que na data de 29/07/2020 emprestou o veículo ao seu irmão, Antônio, sendo este abordado por policiais que fizeram a apreensão do bem para confecção de Termo Circunstanciado, encaminhando para o pátio. Alega que efetuou pedido de restituição na Delegacia de Polícia, mas que foi negado sob o fundamento de que havia interesse em apurar o envolvimento de Antônio no tráfico de drogas.

Requer a restituição do veículo e a liberação das custas do pátio.

O Ministério Público opinou pelo indeferimento (fl. não enumerada).

**É o relatório. Decido.**

Precipuamente, forçoso salientar que a apreensão de bens relacionados à suposta infração penal constitui medida processual cautelar, que pode ser realizada ainda que durante a fase inquisitiva diante da necessidade e urgência de assegurar e garantir a comprovação do injusto penal, tendo a diligência efeitos até o trânsito em julgado da sentença final condenatória ou absolutória.

Em análise aos autos, é possível extrair da cópia do Boletim de Ocorrência (fls. 10/12), que o automóvel cuja restituição está sendo aqui requerida foi apreendido em decorrência de flagrante, desencadeado por denúncia anônima sobre tráfico de drogas, sendo o peticionário irmão do flagrado em posse de drogas ilícitas.

Nesse parâmetro, a custódia do veículo acima identificado encontra amparo jurídico no artigo 62 da Lei 11.343/2006, ao passo que a argumentação inserida na peça inicial, ao menos por ora, não se sobrepõe aos elementos que militam em desfavor da real funcionalidade do veículo apreendido. Depreende-se das declarações do B.O e da decisão administrativa da autoridade policial, constantes às fls. 13, que há indícios de que o veículo seja instrumento de crime, já que estava sendo utilizado para o transporte de substâncias entorpecentes.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Justiça de Primeiro Grau

COMARCA DE MIRAÍ

Autos nº 0422.20.000399-0

Pelo que consta, não houve finalização as investigações acerca do fato ilícito que originou a apreensão do veículo. A autoridade policial informou que há pendência de diligências que exigem a custódia do veículo.

Este é o teor normativo constante do artigo 118 do Código de Processo Penal, segundo o qual *"antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo"*.

Sobre a matéria, leciona Guilherme de Souza Nucci:

*Interesse ao processo: é o fator limitativo da restituição das coisas apreendidas. Enquanto for útil ao processo, não se devolve a coisa recolhida, até porque, fazendo-o, pode-se não mais obtê-la de volta. (...) Não há cabimento na sua devolução, antes do trânsito em julgado da sentença final, pois é elemento indispensável ao feito, ainda que pertença a terceiro de boa-fé e não seja coisa de posse ilícita (...) (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 10. Ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011) (destacamos)*

Corroborando o entendimento consignado alhures, segue a construção pretoriana do colendo Superior Tribunal de Justiça:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. RESTITUIÇÃO DE BENS. ART. 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. I - Conforme estabelece o art. 118 do Código de Processo Penal 'antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídos enquanto interessarem ao processo'. Agravo regimental desprovido (STJ - AgRg 5563/SP - CE - Rel.: Min.: Felix Fischer - DJU 05/09/2005).*

Logo, não comporta a pronta liberação do automóvel.

Ressalta-se, contudo, que não pode o cidadão se ver privado do uso do bem indefinidamente, devendo a autoridade policial observar os prazos legais de conclusão de investigações. O dever de fiscalização cumpre ao Ministério Público.

Por essas razões, julgo **improcedente** a pretensão inicial, e extingo o processo nos termos do art. 487, inciso I, CPC.



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**  
**Justiça de Primeiro Grau**

**COMARCA DE MIRAÍ**

**Autos nº 0422.20.000399-0**

---

Custas pela parte requerente, suspensa a exigibilidade pela gratuidade de justiça que ora defiro.

Dito isso, determino:

1. Oficie-se a autoridade policial para que informe, nestes autos, em 10 (dez) dias, sobre o andamento da investigação que envolve o bem objeto da presente;
2. Após, com ou sem resposta do ofício, vista ao Ministério Público, no papel de fiscal externo da atividade policial, para conhecimento. Eventuais providências independem de processamento nestes autos.
3. Dada vista ao Ministério Público, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Miraí, 13 de maio de 2021

**Priscila Carvalho de Andrade**  
**Juiza de Direito**